



POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E A INFLUÊNCIA (DIRETA) DAS MÍDIAS SOCIAIS

POLITICAL POLARIZATION IN BRAZIL AND THE (DIRECT) INFLUENCE OF SOCIAL MEDIA POLARIZACIÓN POLÍTICA EN BRASIL E INFLUENCIA (DIRECTA) DE LAS REDES SOCIALES

Filipe Garcia Gonçalves de Alfaro¹

DOI: 10.54899/dcs.v22i79.156

Recibido: 08/02/2025 | Aceptado: 11/02/2025 | Publicación en línea: 25/02/2025.

RESUMO

O artigo investiga a polarização política no Brasil no século XXI, analisando suas raízes históricas e os aspectos comportamentais que moldam o comportamento eleitoral. A pesquisa combina uma abordagem dialética com fundamentos da ciência política e da ciência comportamental, especificamente o conceito de racionalidade limitada de Herbert Simon. O trabalho busca compreender como as novas mídias sociais e suas câmaras de eco têm exacerbado a divisão política, transformando-a em um confronto ideológico entre os blocos liderados por Lula da Silva e Jair Bolsonaro. A metodologia baseou-se em análise histórica e revisão teórica sobre a interação entre comportamento humano, tecnologia e polarização. O artigo também utiliza estudos de caso, como a influência das redes sociais na disseminação de informações polarizadas e o impacto do uso de algoritmos na formação de bolhas ideológicas. Os resultados indicam que a polarização atual é intensificada pelas mídias sociais, que reforçam vieses cognitivos e limitam o contraditório. O estudo conclui que a sociedade brasileira está cada vez mais politizada, mas de forma segregada, com maior propensão à radicalização. Sugere-se que mudanças regulatórias e comportamentais são necessárias para mitigar os efeitos negativos da polarização no debate público.

Palavras-chave: Ciência Política. Comportamento. Polarização. Lula da Silva. Bolsonaro.

ABSTRACT

The article investigates political polarization in Brazil in the twenty-first century, analyzing its historical roots and the behavioral aspects that shape electoral behavior. The research combines a dialectical approach with foundations from political science and behavioral science, specifically Herbert Simon's concept of bounded rationality. The work seeks to understand how the new social media and their echo chambers have exacerbated the political divide, transforming it into an ideological confrontation between the blocs led by Lula da Silva and Jair Bolsonaro. The methodology was based on historical analysis and theoretical review of the interaction between human behavior, technology and polarization. The article also uses case studies, such as the

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.
E-mail: filipealfaro7@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6078-3945>

influence of social networks on the dissemination of polarized information and the impact of the use of algorithms on the formation of ideological bubbles. The results indicate that the current polarization is intensified by social media, which reinforces cognitive biases and limits the contradictory. The study concludes that Brazilian society is increasingly politicized, but in a segregated way, with a greater propensity for radicalization. It is suggested that regulatory and behavioral changes are needed to mitigate the negative effects of polarization on the public debate.

Keywords: Political Science. Behavior. Polarization. Lula da Silva. Bolsonaro.

RESUMEN

El artículo investiga la polarización política en Brasil en el siglo XXI, analizando sus raíces históricas y los aspectos conductuales que configuran el comportamiento electoral. La investigación combina un enfoque dialéctico con fundamentos de la ciencia política y de la ciencia del comportamiento, concretamente el concepto de racionalidad limitada de Herbert Simon. El trabajo busca entender cómo los nuevos medios sociales y sus cámaras de eco han exacerbado la división política, transformándola en una confrontación ideológica entre los bloques liderados por Lula da Silva y Jair Bolsonaro. La metodología se basó en el análisis histórico y en una revisión teórica de la interacción entre el comportamiento humano, la tecnología y la polarización. El artículo también utiliza estudios de caso, como la influencia de las redes sociales en la difusión de información polarizada y el impacto del uso de algoritmos en la formación de burbujas ideológicas. Los resultados indican que la polarización actual se ve intensificada por los medios sociales, que refuerzan los sesgos cognitivos y limitan la contradicción. El estudio concluye que la sociedad brasileña está cada vez más politizada, pero de forma segregada, con una mayor propensión a la radicalización. Sugiere que son necesarios cambios normativos y de comportamiento para mitigar los efectos negativos de la polarización en el debate público.

Palabras clave: Ciencia Política. Comportamiento.. Polarización. Lula da Silva. Bolsonaro.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O antagonismo político é um fenômeno tão antigo quanto a própria política, haja vista que formuladores de políticas públicas tendem a discordar sobre ideias e ideais em uma tribuna, contudo a polarização dicotômica em somente dois espectros, como esquerda e direita ou progressismo e conservadorismo é algo relativamente recente: quando na Revolução Francesa e a divisão cameral entre girondinos e jacobinos no final do século XVIII (Mota e Forte, 2023) ou

ainda na Revolução Russa entre os emergentes bolcheviques e mencheviques no princípio do século passado.

Ao passo que o mundo foi globalizado durante o século XX, diferentes ideologias e visões de mundo cruzaram fronteiras, muitas vezes permeando nações autoritárias e que viam no campo das ideias um inimigo da nação, tal qual na obra distópica 1984 de George Orwell. Com a queda de muros e a abertura de regimes autocráticos por todo o mundo, a liberdade política e o sufrágio universal voltariam a ser exercidos no Ocidente.

A abertura política no Brasil foi conduzida inicialmente pelo Governo Geisel em 1974 e concluída durante o Governo Figueiredo em 1985 com a eleição indireta do novo Presidente da República, Tancredo Neves. Muito embora um líder ao centro tenha sido eleito, os polos da política nacional já estavam posicionados, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores com Lula da Silva e com dissidentes do extinto partido militar ARENA, como Paulo Maluf (Seino *et al*, 2013).

As eleições subsequentes às indiretas de 1985 foram as diretas de 1989, já sob a égide da Constituição Federal de 1988 em meio a um caos econômico e monetário, seriam protagonizadas por Fernando Collor de Mello (PRN) e Lula da Silva (PT), um ex-integrante da ARENA contra um ex-membro do MDB, que culminaria na vitória do alagoano.

O Partido dos Trabalhadores e Lula da Silva se firmaram fortemente na política doméstica, a cada eleição conseguindo mais apoiadores e financiadores, o que culminaria na eleição de seu líder para o Poder Executivo em 2002 em detrimento do herdeiro político de FHC, José Serra (PSDB).

A insurgência de Lula da Silva é vista como um descontentamento nacional com as políticas tucanas e não como um enviesamento da população à esquerda (Carreirão, 2004), apesar de haver certa polarização entre os dois agentes, a situação ainda não era tão acirrada como nos últimos anos.

Apresentando certa calma e estabilidade política durante seus dois mandatos, Lula da Silva elegeu sua sucessora Dilma Rousseff que enfrentou grandes desafios que desencadearam enorme insatisfação popular e promoveram um amplo sentimento antipetista, como as Jornadas de Junho de 2013 (Gondin, 2016). Apesar de descoordenadas e sem pautas objetivas, as manifestações de 2013 pavimentariam o caminho para a polarização que se seguiria com a subsequente eleição de 2014, na qual Rousseff fora reeleita por margem mínima histórica.

Após o impeachment da ex-presidente em 2016, a ocorrência da operação Lava Jato e a

prisão do líder petista Lula da Silva, Jair Bolsonaro surgiu como expoente no debate público nas eleições de 2018, agora *de facto* dividindo o país entre duas facções políticas.

Apesar da prisão de Lula da Silva, seus interlocutores foram capazes de capitalizar votos por ele, fomentando uma grande polarização dicotômica entre dois líderes populares a partir de 2018.

Baseado no princípio da racionalidade limitada de Herbert Simon, o presente trabalho buscará entender como o comportamento dos agentes pode ter levado o Brasil, um país que até os anos 2000 não se discutia política para uma nação politizada e absolutamente polarizada entre Lula da Silva e Jair Bolsonaro, ou “esquerda” e “direita”.

A importância deste estudo se dá pela sua contemporaneidade e pela necessidade de entender o acirramento da polarização política que restringe o espaço no debate público para ideias dissonantes que não sejam extremos radicais e que tenham mais fundamentação crítica.

Além disso, a presente obra propõe-se a abordar os novos instrumentos de convencimento político-ideológicos, como as *Fake News* e as novas mídias sociais de cunho partidário que acabam por distorcer a realidade e contar meias verdades que favoreçam seus candidatos e promovam consonância cognitiva em seus apoiadores.

O presente artigo será estruturado com a segunda seção deliberando sobre a economia comportamental e os preceitos da racionalidade limitada e o entendimento do que motiva o processo decisório do voto dos eleitores. A terceira seção apresentará um breve histórico da polarização política popular no Brasil envolvendo o cargo máximo do Poder Executivo nos últimos anos, enquanto a quarta seção analisará como os novos instrumentos de propagação eleitoral do século XXI podem estar acirrando os ânimos dos eleitores e promovendo ainda maior polarização política.

ECONOMIA COMPORTAMENTAL E POLÍTICA

A racionalidade limitada é um dos princípios basilares da economia comportamental, exposta destacadamente por Simon (1959), a *bounded rationality* diz respeito a uma racionalidade diferente da ortodoxa econômica, nessa o indivíduo busca se satisfazer e não um comportamento maximizador utilitarista, sendo assim muitas vezes as decisões tomadas pelos agentes não vão de acordo com os preceitos da teoria econômica tradicional.

De acordo com Steingraber e Fernandez (2013), a importância da teoria da racionalidade

limitada se dá, dentre outros fatores, sobre o estreitamento da ciência econômica com a realidade, através do reconhecimento de limites processuais e cognitivos, assim como da ampliação da interconexão desta ciência com as demais ciências sociais, como a psicologia, a filosofia e a história.

Utilizar-se-á do princípio da racionalidade limitada para entender como que os agentes pensam sobre seus votos e como o processo eleitoral é mais complexo do que a racionalidade substantiva maximizadora poderia explicar.

Segundo Rogers *et al.* (2012), o estudo da escolha de voto é tido pela ciência comportamental como algo que foge a lógica padrão de necessidades e utilidade, sendo alicerçado em dois momentos no tempo, antes e depois da decisão. No momento *a priori* os eleitores avaliam as suas possibilidades de voto e fazem uma previsão em quem depositarão seus votos no dia da eleição e de fato, a grande maioria dos votantes tende a confirmar aquela ideia que havia previsto anteriormente.

Ainda de acordo com o mesmo autor, quando os votantes se comprometem a votar em determinado candidato, estes tendem a adaptar o comportamento alheio para que se encaixe dentro de suas crenças e desejos (Rogers *et al.*, 2012), similar a teoria da dissonância cognitiva, os eleitores adaptam sua percepção de seus candidatos para que se adequem àquilo que realmente acreditam.

Prior (2013) conduziu um estudo sobre a polarização política norte-americana e como as mídias televisivas promoviam um comportamento polarizado e dividiam os eleitores em dois grupos: aqueles que consomem Fox News e aqueles que assistem CNN.

Também conhecidas como *partisan medias* (mídias partidárias), estas segmentaram a audiência norte-americana já consumidora de noticiário político e estratificaram em dois blocos, a partir da adoção de programas de telejornais que tinham em sua composição diversos comentaristas e apresentadores de viés conservador para a Fox News e de viés mais progressista para a CNN. Muito embora as mídias partidárias tenham dividido a audiência estadunidense e as alimentado com discurso ideológico, não houve evidência estatística para sustentar que somente as mesmas tenham promovido a maior polarização entre os eleitores norte-americanos (Prior, 2013).

De acordo com Levin *et al.* (2021), a polarização política interna representa uma ameaça para os pactos internacionais, tanto diplomáticos quanto de conservação ambiental, uma vez que candidatos podem ser eleitos com pautas contrárias ao ambientalismo, assim inviabilizando ou

dificultando os pactos internacionais de proteção global contra as mudanças climáticas, já que é necessário o apoio conjunto das federações. Ainda segundo o autor, a polarização poderia ser benéfica caso houvesse a simples heterogeneidade de preferências, mas o fenômeno atual implica em uma não colaboração entre agentes de diferentes preferências, barrando assim processos de cooperação e colaboração mútua que seriam interessantes a economia e a sociedade.

Corroborando com a tese de Prior (2013), Jost *et al.* (2022) descreve o processo de polarização política nos Estados Unidos e tenta explicar através do comportamento dos agentes sua divisão em grupos segregados. Para os autores, o fenômeno vem sendo acirrado nos últimos anos com o advento das mídias sociais, as quais possibilitaram os produtores de conteúdo partidário de atingir seu determinado público, assim como limitaram a visão dos eleitores consumidores de mídias sociais que ficam viesados por meio dos algoritmos e são alimentados somente com um segmento de *partisan media*, muitas vezes gerando desinformação e meias verdades.

POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: UM HISTÓRICO RECENTE

Como já explicitado na introdução, o Brasil viveu um regime político conturbado na segunda metade do século XX, com a ascensão de ditadores militares, com atos institucionais que censuravam as liberdades civis e a proibição do sufrágio universal. Com a queda da ditadura militar e o reestabelecimento da democracia, o Partido dos Trabalhadores se fixou em todas as regiões do país e tinha (tem) em Lula seu maior representante, já o conservadorismo “mudou de mãos”, passando inicialmente por Collor, PSDB e FHC até chegar ao fenômeno do bolsonarismo na segunda década do século XXI.

O Governo Lula (2003-2010) foi exitoso economicamente, com crescimento do PIB de 4,2% a.a. em média, com a taxa de desemprego saindo de 11,3% em 2003 para 6,1% ao final do mandato, redução no Índice de Gini e minguamento significativo da miséria e pobreza no mesmo período (Curado, 2011).

Contudo, embora os fatores econômicos tenham sido favoráveis, questões políticas e internacionais fomentavam a oposição no Brasil, a qual ainda desunida não conseguiria fazer frente a eleição da sucessora de Lula da Silva em 2010, Dilma Rousseff, que fora eleita com uma diferença de mais de 12 pontos percentuais e com aproximadamente doze milhões de votos a mais que José Serra (PSDB) (TSE, 2010).

O Partido dos Trabalhadores havia se mantido no poder, mas à altos custos devido ao escândalo do Mensalão a partir de seu segundo mandato, escândalo este baseado na compra de parlamentares para votarem os projetos de lei junto com o governo, fortalecendo a posição e facilitando as negociações políticas, que teria sido comandado por José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil e potencial candidato do PT para as Eleições de 2010. De acordo com Biroli e Mantovani (2014), a grande mídia teve ampla cobertura do caso que investigava algumas das figuras políticas mais importantes do país, como Dirceu, José Genoíno e Lula da Silva, assim como era acusada pela militância petista e progressista como imparcial e partidária, criando assim uma polarização entre os árdus defensores dos governistas e as redes de televisão e jornais de grande alcance, como Globo e Folha de São Paulo.

Embora o Governo Lula tenha somado poucos detratores além de um antagonismo com os grandes veículos de mídia, o Governo Dilma (2011-2016) enfrentou uma resistência muito mais significativa, com ampla revolta popular no terceiro ano de mandato e com a insurgência de um opositor à altura, Aécio Neves (PSDB).

Como dito anteriormente, as Jornadas de 2013 foram as maiores manifestações populares já existentes no Brasil, que ocorreram na esteira dos acontecimentos da Primavera Árabe, e tinham pautas diversas e descentralizadas, mas que minaram o poder do PT e de Dilma Rousseff (Fernandes *et al.*, 2016).

Ainda segundo os autores, Neves utilizou dos acontecimentos de 2013 para reforçar sua propaganda política contrária ao petismo, demandando o voto útil dos eleitores e protagonizando uma polarização direta com Rousseff, a qual tinha sua habilidade de gestora pública severamente questionada no biênio 2013-2014.

Em meio aos gastos públicos com a Copa de Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, houve o pleito de 2014 que marcava a disputa mais acirrada pela Presidência da República no Brasil, que fora disputada no segundo turno por Dilma (PT) e Aécio (PSDB), cada partido com ampla coligação e grande horário eleitoral e com o país dividido como nunca antes, inclusive no campo do neologismo, com os petistas sendo intitulados de “mortadela”, enquanto àqueles que apoiavam Neves como “coxinha” (Gonçalves e Rossoni, 2020).

O resultado do pleito foi apertado, com a petista vencendo com a menor margem já registrada, sendo uma vantagem de somente 2,5 milhões de votos, ou pouco mais de três pontos percentuais (TSE, 2014).

A polarização já estava consolidada, inclusive com um dos fatores mais tradicionais de

um sistema democrático fragilizado, o questionamento sobre a legitimidade das urnas, sendo levantado por Aécio Neves e pelo PSDB ao final do pleito, os quais entraram com requerimento frente ao Tribunal Superior Eleitoral para verificação da lisura das eleições, questionando o resultado obtido no final de 2014. O TSE se manifestou contrariamente ao relatório enviado pelo partido de Neves e rechaçou qualquer possibilidade de fraude, assegurando assim a lisura no pleito de 2014 (TSE, 2015).

A partir de 2014, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal deflagram a Operação Lava Jato, inspirada na Operação Mãos Limpas que tentou reduzir a influência da criminalidade sobre a política na Itália, os brasileiros conduziram uma investigação que denunciaria, através do sistema de delação premiada, centenas de políticos e empresários poderosos no Brasil, envolvidos em um amplo esquema de corrupção com licitações fraudulentas e superfaturamento de obras públicas (Kerche, 2018).

O polarizado cenário político brasileiro agora enfrentava uma grave crise institucional, com a investigação de atos ilícitos por parte dos legisladores e executivos, com ampla cobertura midiática e que colocava em xeque a honestidade da classe política e dos grandes empreiteiros no Brasil.

Com mais de 200 condenações e mais de 600 réus, a Operação Lava Jato desmantelou o maior esquema de corrupção da história do país, envolvendo a gigante estatal Petrobras e as maiores empreitas do Brasil, como Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez e OAS (Gaspar, 2020). A operação levou a condenação em regime fechado grandes figuras do jogo político no país, como Marcelo Odebrecht, Eike Batista, José Dirceu (PT), Sérgio Cabral e Lula da Silva.

A investigação sobre o PT que levou a condenação do ex-presidente manchou a imagem do partido e promoveu ainda maior polarização no país, de um lado aqueles que relatavam um grande espetáculo midiático frente a hegemonia democrática do partido, enquanto o outro lado constituía um enorme sentimento antipetista que seria consolidado com a prisão de Lula da Silva em Curitiba em abril de 2018.

Neste hiato entre as eleições de 2014 e 2018 e com o avanço das investigações da Operação Lava Jato sobre políticos próximos a Petrobras, a então Presidente Rousseff sofreu um processo de impeachment no ano de 2016, aceito por Eduardo Cunha (presidente da câmara dos deputados) e votado por mais de 2/3 dos congressistas tanto na câmara alta quanto na baixa.

Alguns cientistas políticos apontam este processo como um golpe de estado (Martuscelli,

2020) perpetrado pelas forças políticas dissonantes e meramente escorado pelas forças judiciais, enquanto outros tendem a atribuir que a presidente já tinha grande oposição nas ruas desde 2013 advinda de “ultraliberais” e conservadores morais (Rocha, 2019), os quais rejeitavam as políticas expansionistas e por vezes progressistas do Partido dos Trabalhadores.

Após um intermezzo do vice-presidente no poder devido ao impeachment da presidente eleita, o pleito de 2018 tinha se tornado ainda mais importante para a política interna, pois pela primeira vez desde a redemocratização o ex-presidente Lula da Silva estava preso e fora da corrida eleitoral, com Fernando Haddad sendo escolhido como representante do Partido dos Trabalhadores, enquanto os conservadores e “ultraliberais” que haviam se oposto a Presidente Rousseff apoiavam um candidato até então pouco conhecido, Jair Bolsonaro.

Em meio a ebulição política causada pelo conflito da Operação Lava Jato, do Impeachment de Rousseff e das investigações acerca de Lula da Silva, Jair Bolsonaro, um deputado federal do RJ começa a ter destaque nas redes sociais, inicialmente no Twitter com a hashtag #Bolsonaro2018 a partir de 2014. Santos (2020) aponta uma estranha movimentação nessas postagens, alegando que as mesmas podem fazer parte de uma milícia digital, através de robôs e equipamentos digitais, tornando-se um movimento inorgânico de apoio até o impeachment de Dilma Rousseff.

Mesmo com pouco tempo de propaganda eleitoral na televisão aberta, a utilização de uma propaganda assertiva que gerava grande influência nas redes sociais (Santos *et al.*, 2020) e o recurso de uma imagem anti-establishment, como um candidato “não corrupto” e abertamente politicamente incorreto (di Carlo e Kamradt, 2018) possibilitaram sua chegada ao poder em 2018.

A polarização com os interlocutores de Lula da Silva e a utilização de um populismo à direita garantiram sua vitória em um pleito menos acirrado contra Fernando Haddad, vencido com uma margem de dez milhões de eleitores e com uma diferença de mais de 10 pontos percentuais (G1, 2018).

Jair Bolsonaro deixa de ser um fenômeno midiático e passa a ser o Presidente da República com uma pauta populista à direita, por vezes valendo-se de atitudes questionáveis, como durante a pandemia sanitária do COVID-19, mas pregando que estava lá pelo povo, além de fomentar uma batalha ideológica contra os petistas, “nós contra eles”, Jair Bolsonaro não é apenas antipetista mas o próprio “lulismo às avessas” (Cyril-Lynch, Paschoeto-Cassimiro, 2021).

O auge da polarização política no Brasil viria no período entre 2019-2022, em meio a crise do COVID-19, com a insatisfação popular pela crise econômica e sanitária sem precedentes e

com a reaparição de Lula da Silva no jogo político, após sua soltura em novembro de 2019, devido a mudança de entendimento da suprema corte quanto a prisão em segunda instância (EBC, 2019) e com a anulação das condenações do mesmo em 2021 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF, 2021), o que viabilizava o ex-presidente a concorrer novamente à um cargo público.

COMPORTAMENTO, POLARIZAÇÃO E TECNOLOGIA

Apesar de existir uma persistente polarização entre os agentes políticos à esquerda e à direita no Brasil, o período pandêmico e eleitoral de 2022 evidenciou como a sociedade brasileira foi dividida politicamente.

Recuero *et al.* (2021) realizaram um estudo sobre a polarização acerca da utilização de medicamentos não comprovados cientificamente para a prevenção e combate ao COVID-19 no Twitter, e concluíram que a reprodução de links pró ou contrários a utilização da hidroxicloroquina está muito associada a formação de clusters causada pelo próprio algoritmo do site, o qual sugere a existência de câmaras de eco, que alimentam àqueles que fomentam argumentos positivos sobre tal medicamento somente com mais argumentos positivos e links de compartilhamento sobre notícias positivas acerca da eficácia do mesmo.

Os resultados foram semelhantes tanto para partidários da hidroxicloroquina quanto para contrários a mesma, evidenciando bolhas de informação e dilemas que a propagação de informação através de redes sociais pode causar em meio à um cenário de polarização afetiva (Recuero *et al.*, 2021).

É possível traçar um paralelo entre a polarização sobre a hidroxicloroquina e a polarização política, uma vez que os agentes divulgadores do medicamento estavam fortemente alinhados com o ex-presidente Jair Bolsonaro, muitas vezes com o mesmo fazendo divulgações sobre o medicamento em suas redes sociais e veículos midiáticos (O Globo, 2021).

Suassuna (2023) argumenta que a polarização política entre os apoiadores de Bolsonaro e Lula da Silva pode seguir o mesmo formato identificado por Recuero *et al.* (2021) nas redes sociais, contudo para a autora a polarização entre os agentes é mais afetiva e identitária, não restringindo-se somente a perspectivas de país, propostas e futuro mas recaindo sobre a mera rejeição ao candidato X ou Y por fatores pessoais ou de identificação social, os quais acabam recaindo sobre a construção de uma antipolítica, baseada não na proposição de ideias, mas na

desconstrução da imagem pública do outro candidato.

Pesquisas internacionais revelam que o mesmo acontece no Facebook (Bessi *et al.*, 2016; Del Vicario *et. al.*, 2016; Harel *et. al.*, 2020; Quattrociocchi *et. al.*, 2016), com o algoritmo desta mídia social agindo na formação de câmaras de eco que são alimentadas com as mesmas narrativas político-ideológicas, permitindo assim a consolidação de um processo de polarização afetiva dentro do próprio aplicativo.

Devido a racionalidade limitada dos agentes e a incapacidade de perceber-se diante de uma bolha ideológica, os eleitores tendem a ser cooptados pelo próprio sistema das novas mídias sociais que consomem.

De acordo com dados da DataReportal (2024), cerca de 188 milhões de brasileiros eram usuários ativos na internet em Janeiro de 2024, cerca de 86,6% da população, com 144 milhões de usuários identificados em redes sociais, sendo quase 129 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais, algo próximo a 78% da população adulta do país.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, as redes sociais mais consumidas no Brasil são Youtube, Instagram e Facebook, com 97,5% dos usuários de internet dentre 18 a 65 anos sendo usuários ativos nestas comunidades, os quais tem consumo médio de 3 horas e 37 minutos diários (Datareportal, 2024).

Com amplo e crescente alcance dos novos meios de comunicação sobre a população brasileira, alinhado a forma que os aplicativos funcionam, reforçando um pensamento ou corrente previamente procurada ou assistida, é provável que a consolidação de câmaras de eco penetre ainda mais fundo dentro das redes sociais consumidas pelos usuários brasileiros, levando assim a agentes cada vez mais viesados e desconectados quanto ao pensamento contraditório.

Forças já estabelecidas na política brasileira, como Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores, além da Família Bolsonaro, tendem a encontrar maior facilidade em manter seus apoiadores fiéis aos seus projetos políticos de poder, uma vez que a tecnologia das novas mídias sociais favorece o eco de grupos bem estabelecidos e de alto grau de militância como os lulistas e bolsonaristas.

Visto que a penetração do meio digital sobre as famílias vem aumentando ano a ano, assim como o consumo de internet e a utilização de redes sociais como fonte de informação, não é improvável que a polarização política entre os eleitores brasileiros se mantenha em um alto grau ou aumente nos próximos anos.

CONCLUSÃO

A polarização política é um grande problema da sociedade brasileira contemporânea, em que se pese que temas analíticos e objetivos de grande importância (como a previdência social e a reforma tributária), ficam sujeitos ao escrutínio da subjetividade e possam ser desestimulados por líderes políticos com eleitorado mais ativo e de maior impacto nas grandes mídias digitais.

Como supracitado, houve um longo processo histórico que trouxe o debate político até a situação atual, começado no século XX ainda durante o processo de reabertura da democracia brasileira, com o estabelecimento de forças que se perpetuam no poder até os dias atuais, como MDB, PT e partidos dissidentes da ARENA. Contudo, com o novo milênio e a adoção de novíssimas tecnologias, a grande mídia tradicional, como Grupo Globo, Rede Bandeirantes, SBT, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo perderam parte de seu poder de influenciar os agentes no que tange as eleições e ao partidarismo político.

Figuras com pouco ou nenhum tempo de horário eleitoral gratuito recorreram as mídias sociais e obtiveram grande retorno, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, que saiu do patamar de um deputado federal do estado do Rio de Janeiro sem muita influência mesmo em seu próprio partido para a Presidência da República em apenas quatro anos.

Parte do sucesso de Jair Bolsonaro nas Eleições Gerais de 2018 pode ser explicada pelo seu êxito nas mídias sociais, as quais foram inicialmente alimentadas por perfis inorgânicos e a partir de 2015 conseguiram reverberar perante perfis que consumiam o sentimento antipetista dentro das plataformas digitais. Há de se mencionar que outras figuras políticas tentaram aproveitar esta lacuna da polarização afetiva ao Partido dos Trabalhadores, mas nenhuma obteve sucesso tamanho quanto o ex-presidente e sua equipe de divulgadores.

A partir da eleição de Jair Bolsonaro, consolidaram-se dois blocos na política doméstica, os bolsonaristas e os “lulistas”, ideologicamente e pessoalmente identificados com seus líderes populistas, estes agentes propiciaram o reforço de clusters dentro das mídias sociais, nos quais havia câmaras de eco que reproduziam o mesmo discurso e repeliam o pensamento contraditório, como citado no corpo do texto.

Devido a racionalidade limitada dos agentes e a tentativa humana de entrar em consonância cognitiva sempre que possível, parte do eleitorado de Bolsonaro e Lula da Silva se tornou ainda mais radical, ignorando qualquer eventual crítica a seus candidatos, assim polarizando ainda mais o debate público dentro e fora das redes sociais.

À medida que o acesso do povo brasileiro a internet vem aumentando, assim como o consumo de internet e a utilização de mídias sociais, que já abarca 78% da população adulta do país e quase 87% de toda a população, é possível que a polarização política continue em alta no Brasil, já que o formato das mídias sociais, como Twitter/X, Facebook e Youtube não tende a mudar e com isso o debate público e o acesso a informação fique cada vez mais restrito a nichos de redes social que o indivíduo frequenta, que por sua vez estará sujeito a certo alinhamento ideológico que ecoará esta mesma informação ou argumentação.

Como limitação deste trabalho e para próximos estudos, fica a discussão sobre o futuro do debate público no Brasil ante a polarização política e como a polarização política doméstica pode ser contornada e dissolvida através da mudança no comportamento dos agentes e de novas regulamentações.

REFERÊNCIAS

BESSI, Alessandro; ZOLLO, Fabiana; DEL VICARIO, Michela; PULIGA, Michelangelo; SCALA, Antonio; CALDARELLI, Guido; UZZI, Brian; QUATROCICHI, Walter. Users polarization on Facebook and Youtube. *PloS one*, v. 11, n. 8, p. 1-24, 2016.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". *Opinião Pública*, v. 20, p. 204-218, 2014.

CARREIRÃO, Yan. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, n. 22, p. 179-194, 2004.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. *Revista Economia & Tecnologia*, v. 7, p. 91-103, 2011.

CYRIL-LYNCH, Christian; PASCHOETO-CASSIMIRO, Paulo. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). *Aisthesis*, n. 70, p. 223-249, 2021.

DATA REPORTAL. **Digital 2024: Brasil**. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>. Acesso em: 28 jul. 2024.

DEL VICARIO, Michela; VIVALDO, Gianna; BESSI, Alessandro; ZOLLO, Fabiana; SCALA, Antonio; CALDARELLI, Guido; QUATTROCIOCCHI, Walter. Echo chambers: Emotional contagion and group polarization on facebook. *Scientific reports*, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2016.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, 2018.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Após decisão do STF, juiz manda soltar ex-presidente Lula**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-11/apos->

decisao-do-stf-juiz-manda-soltar-ex-presidente-lula. Acesso em: 10 jul. 2024.

GASPAR, Malu. **A organização: a Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GONÇALVES, Clayton; ROSSONI, Luciano. Nem Coxinha, Nem Mortadela: Heterogeneidade de Crenças Políticas do Eleitor Brasileiro e suas Relações com o Posicionamento Político. **Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS**, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353791852_Nem_Coxinha_Nem_Mortadela_Heterogeneidade_de_Crenças_Políticas_do_Eleitor_Brasileiro_e_suas_Relacoes_com_o_Posicionamento_Politico.

GONDIM, Linda. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis Revista Latino-americana**, v. 15, n. 44, p. 357-379, 2016.

G1. **Eleições pelo Brasil - 2018**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/brasil/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

HAREL, Tal; JAMESON, Jessica; MAOZ, Ifat. The normalization of hatred: Identity, affective polarization, and dehumanization on Facebook in the context of intractable political conflict. **Social Media+ Society**, v. 6, n. 2, 2020.

JOST, John; BALDASSARI, Delia; DRUCKMAN, James. Cognitive–motivational mechanisms of political polarization in social-communicative contexts. **Nature Reviews Psychology**, v. 1, n. 10, p. 560-576, 2022.

KERCHE, Fábio. Ministério Público, Lava Jato e mãos limpas: uma abordagem institucional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 105, p. 255-286, 2018.

LEVIN, Simon; MILNER, Helen; PERRINGS, Charles. The dynamics of political polarization. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 118, n. 50, p. 1-4, 2021.

MARTUSCELLI, Danilo. Polêmicas sobre a definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, n. 2, p. 67-102, 2020.

FERNANDES, Carla; MOREIRA, Talita; MARTINS, Thamiris. Ativismo e política: a voz das ruas em 2013 e o discurso político no HGPE em 2014. **Anais do IX Simpósio Nacional ABCiber**, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.31501/esf.v1i11.8269>.

MOTA, Francisco; FORTE, Joannes. A ascensão da extrema direita e os desafios ao estado democrático de direito no Brasil (2018-2022). **Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, p. 259-287, 2023.

O GLOBO. **Bolsonaro defendeu uso de cloroquina em 23 discursos oficiais; leia as frases**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>. Acesso em: 17 jul. 2024.

PRIOR, Markus. Media and political polarization. **Annual review of political science**, v. 16, n. 1, p. 101-127, 2013.

QUATTROCIOCCI, Walter; SCALA, Antonio; SUNSTEIN, Cass. Echo chambers on Facebook. **Working Paper**, 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2795110. Acesso em: 20 jul. 2024.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a Desinformação sobre COVID-19 no Twitter. **Contracampo**, v. 40, n. 1, p. 1-17, 2021.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!” A formação de um contra público ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, v. 62, n. 3, p. 1-42, 2019.

ROGERS, Todd; FOX, Craig; GERBER, Alan. Rethinking Why People Vote: Voting as Dynamic Social Expression” in Shafir, Eldar (org.), **The Behavioral Foundations of Policy**. Princeton, Princeton University Press, pp. 91-107, 2012.

SANTOS, Marcelo. NÃO ALIMENTE O MINION!: Polarização afetiva e ativismo de rede às avessas na gênese e ascensão da hashtag# Bolsonaro2018 após o impeachment de Dilma Rousseff. **Confluências**, v. 22, n. 3, p. 172-197, 2020.

SANTOS, Romer; CIOCCARI, Deysi; DE MORAES, Thiago. O clã Bolsonaro e o Twitter: comunicação política e influência na rede social. **Mediapolis**, n. 10, p. 65-81, 2020.

SEINO, Eduardo; ALGARVE, Giovana; GOBBO, José. Abertura política e redemocratização brasileira: entre o moderno conservador e uma “nova sociedade civil”. **Sem Aspas**, v. 2, n. 1, p. 31-42, 2013.

SIMON, Herbert. Theories of decision-making in economics and behavioral science. **The American Economic Review**, v. 49, n. 3, p. 253-283, 1959.

STEINGRABER, Ronivaldo; FERNANDEZ, Ramon. A racionalidade limitada de Herbert Simon na Microeconomia. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 34, p. 123-162, 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF confirma anulação de condenações do ex-presidente Lula na Lava Jato**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261&ori=1>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SUASSUNA, Sílvia. **Desinformação é poder: polarização política e redes sociais: uma análise do cenário das eleições brasileiras de 2022**. Brasília. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política), Universidade de Brasília, 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Candidaturas, votação e resultados – Eleições 2010**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/candidaturas-votacao-e-resultados/estatisticas>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Votação e Resultados – Eleições 2014**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/votacao-e-resultados>. Acesso em 23 jun. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Plenário do TSE: PSDB não encontra fraude nas Eleições 2014**. Disponível em: tse.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Novembro/plenario-do-tse-psdb-nao-encontra-fraude-nas-eleicoes-2014. Acesso em: 23 jun. 2024.